



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura

Lisboa, 21 de novembro de 2012

Assunto: **Audição com o Senhor Secretário de Estado da Cultura**

Durante a reunião conjunta entre a Comissão de Orçamento e Finanças e a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, o Sr. Secretário de Estado da Cultura anunciou uma manutenção da verba para o apoio às artes, em relação ao ano de 2012.

O PCP denunciou que desde 2011 que as verbas de apoio às artes, particularmente as destinadas à DGArtes, têm vindo a sofrer cortes abruptos que colocam em sério risco a viabilidade das estruturas de criação artística e ainda mais em perigo a sua capacidade criativa.

Depois dos cortes de 23% impostos no curso dos apoios directos quadrienais e bienais, em 2011, e depois do corte de 38% em 2012, os avisos de abertura de concurso para apoios directos, indirectos e pontuais para o ano de 2013 vêm demonstrar que o PCP tinha razão quando afirmava que a verba disponível para 2013 era ainda inferior à já distribuída após os cortes em 2012.

Verificados os apoios da DGArtes em 2011 – último ano em que foram pagos apoios anuais – observa-se a atribuição de 36 apoios no valor total de 1.061.040,64€. Ora, os valores anunciados para 2013 preveem apenas 9,900 milhões de euros para apoios anuais, quadrienais e bienais donde releva a perda mínima de 1 milhão de euros relativamente ao último ano em que se verificaram apoios anuais, sem contabilizar a perda resultante dos cortes ilegítimos impostos no decorrer dos compromissos plurianuais.

Os avisos da DGArtes, divulgados dia 19 de Novembro, além de apontarem para uma verba menor para mais tipos de candidaturas, impõem administrativamente a redução para metade o número dos projetos passível de apoio. Além disso, através de uma alteração de critério, o Governo desvia para os apoios tripartidos cerca de metade do total do valor colocado a concurso, disponibilizando esse valor em regras praticamente incapacitantes das candidaturas.

De mais de 140 projetos apoiados plurianualmente e 36 apoios anuais, o Governo impõe agora o apoio de um máximo de 78 projetos em todo o país e em todas as áreas disciplinares. O Algarve, por exemplo, para todas as cinco áreas de apoio da DGArtes, pode aprovar apenas 3 candidaturas e o Alentejo, 7. Por esta via, o Governo não só diminui de forma inaceitável os recursos a concurso como limita objetivamente o

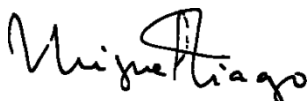
número de apoios possíveis. Na prática, o que podemos para já compreender é que o Governo pretende diminuir de 11,9 milhões (verba inscrita no Orçamento do Estado de 2012) destinados a apoios unicamente bienais e quadrienais para 5.350.000, sendo que alarga também aos anuais. Na prática, metade do dinheiro para mais âmbitos.

Estas opções, estas políticas para a Cultura, representam uma objetiva desvalorização da produção e criação culturais e uma cada vez maior desresponsabilização do Estado perante as suas funções constitucionais. Representam uma prática ideologicamente marcada, de mercantilização e elitização da produção e fruição culturais e aposta fortemente na limitação da produção livre e alternativa nas diversas disciplinas apoiadas pela DGArtes.

Tendo em conta, não apenas a verba – que é discutida principalmente em sede de Orçamento do Estado e para a qual o PCP apresentou proposta de duplicação –, mas também os critérios e regulamentos de atribuição e normativo dos concursos, urge aprofundar a discussão com o Governo e o Secretário de Estado da Cultura em sede própria.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português requer a V. Exa se digne solicitar a presença do Senhor Secretário de Estado da Cultura em reunião da Comissão a que preside no sentido de debater as normas dos concursos e a proporção de afetação de verbas entre as diferentes tipologias de concurso e apoio para 2013.

O Deputado,



Miguel Tiago